

APROVADA | CONTRA 3
MAIORIA | ABSTENÇÕES 8



APOIAR OS AUTARCAS NA ERA DA DIGITALIZAÇÃO

"A Digitalização nas Freguesias não pode ser uma realidade dependente da capacidade financeira de uma Junta, mas sim uma realidade ao alcance de todas."

LUIS NEWTON – Presidente da Junta de Freguesia de Estrela, Lisboa

Portugal detém em si um fator diferenciador na gestão das políticas de proximidade: as freguesias.

E ao contrário do que muitos procuram promover (talvez por ignorância) as freguesias portuguesas são uma referência a nível Europeu.

As Juntas de Freguesia representam baluartes para as populações que servem. Desta forma é necessário capacitar e empoderar as Juntas de Freguesia para que possam aumentar os seus níveis de eficiência e sirvam da melhor forma a sua Comunidade.

Uma das principais questões que temos de ter em conta quando nos referimos às estruturas locais, é que embora nos seus princípios sejam todas iguais, cada uma delas representa uma estrutura diferenciada com especificidades singulares, em matérias tão díspares como a dimensão do território, o número de equipamentos, a dimensão e densidades populacionais, entre outros (quase tantas quantas as singularidades que cada freguesia representa).

No entanto, existe uma dimensão que é transversal a todas as freguesias: cada uma delas é dirigida por agentes políticos autárquicos.

Assim, sendo a missão da ANAFRE apoiar as freguesias e os seus decisores políticos autárquicos, importa estabelecer objetivos e critérios alicerçados na missão de capacitar as freguesias e os seus autarcas, independentemente das limitações (humanas ou financeiras) que condicionem a sua ação.

Da mesma forma que a ANAFRE apoia as freguesias no âmbito das reformas contabilísticas ou no desafio que a legislação muitas vezes representa para as freguesias, deve igualmente a ANAFRE disponibilizar esse mesmo apoio num momento em que as Comunidades que servimos



atravessam a 4ª Revolução Industrial. E esta é uma revolução assente na digitalização dos territórios, empresas e pessoas.

Porque se a missão das freguesias é, primordialmente, uma missão de apoio de proximidade, então importa assegurar que esse mesmo apoio, ou está capacitado para responder às solicitações de uma Comunidade digitalizada, ou está capacitado para introduzir a digitalização ao serviço da Comunidade.

No entanto, qualquer tecnologia só é útil caso aprendamos a adaptá-la às nossas necessidades e estejamos capacitados para o fazer. De nada serve a existência de soluções digitais se não o soubermos aplicar às nossas tarefas diárias, de forma a aumentar os níveis de velocidade de operação e aumentar a eficiência dos procedimentos internos.

É do interesse dos autarcas deter soluções digitais, devido às vantagens óbvias que estão inerentes às mesmas: maior eficiência, maior eficácia, maior produtividade, maior controlo e gestão sobre os procedimentos, uma melhor centralização de informação.

Atualmente, algumas freguesias têm implementado soluções digitais com algum sucesso e enorme interação com as suas Comunidades, porém, corremos o risco de assistir a um aprofundar das assimetrias entre freguesias se estas soluções só estiverem ao alcance das freguesias que tiverem know-how ou capacidade financeira para as implementar. Esta será a mais escusável das assimetrias porque está ao nosso alcance evitá-la.

O papel da ANAFRE entre as freguesias do nosso País confere-nos uma posição única para propagar este conhecimento digital, estabelecendo-se como ferramenta de info-inclusão e como apoio para as freguesias que não dispõem de condições para implementar soluções digitais ao serviço das suas Comunidades.

Para além disso, a ANAFRE possui também uma posição única para promover fóruns de forma a que esta passagem de conhecimento focado na capacitação e digitalização das freguesias seja efetuado de forma estruturada e eficiente.

É necessária a formalização desta iniciativa de apoio à digitalização, à semelhança do que existe com o apoio jurídico ou contabilístico.



Desta forma, a nossa proposta é dividida em dois vetores específicos, que se encontram interligados: em primeiro lugar, queremos uma ANAFRE capacitadora dos decisores políticos autárquicos para a info-inclusão e, em segundo lugar, uma ANAFRE que apoie estes mesmos autarcas a obter financiamento para o projeto da digitalização nas suas freguesias.

Esta realidade tem também de compreender as diferenças entre as freguesias de baixa e alta densidade.

Em paralelo a estas formações capacitadoras, é necessário disponibilizar um mecanismo para os autarcas, de forma a que as freguesias – independentemente da sua capacidade orçamental – tenham a capacidade de conseguir aceder às soluções digitais úteis para servir a sua Comunidade.

Nesta questão, a ANAFRE revela o seu importante papel uma vez mais, sendo um mecanismo de apoio às freguesias para que possam identificar e candidatar-se a fundos que permitam financiar estas soluções sem prejudicar os seus orçamentos e compromissos.

O aproveitamento do conhecimento das freguesias com estruturas semelhantes é essencial para que estas soluções sejam de custos reduzidos, permitindo inclusive a um conjunto de freguesias candidatar-se a fundos de forma conjunta, como já ocorre por exemplo no caso da gestão e manutenção das florestas nas freguesias de menor dimensão populacional no norte do País (o bom exemplo da Associação das Freguesias de Veiga de Lila, São Pedro de Veiga de Lila, Água Revés e Crasto, Vales, Canaveses, que entretanto já foi alargada a mais duas freguesias, Santa Maria de Emeres e Rio Torto).

Em suma, a ANAFRE funcionaria como parceira e intermediária, procurando que novas assimetrias não sejam geradas pela diferença na capacidade de digitalização entre freguesias.



Propomos, desta forma:

- Capacitação dos dirigentes políticos autárquicos através de ações de sensibilização, divulgação e inclusão digital;
- Criação de mecanismos de apoio para candidatura a fundos financeiros que auxiliem à implementação de soluções digitais adequadas às necessidades das freguesias.

Queremos capacitar e empoderar os nossos autarcas para que continuem a exercer as suas funções com todas as condições possíveis, valorizando os dirigentes políticos autárquicos que diariamente batalham para oferecer às suas Comunidades o melhor serviço público possível.

Portimão, 25 de janeiro de 2020

Primeiro Subscritor

Luís Newton